



LEI Nº 2358/2013, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

“Dispõe sobre a fiscalização e a aplicação de penalidades referentes ao transporte coletivo não autorizado no Município de Cruz das Almas, e dá outras providências”

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS, ESTADO DA BAHIA.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica proibida em todo o território do Município qualquer modalidade de transporte coletivo de passageiros sem a devida licença do Poder Público Municipal, precedida de licitação pública, excetuando-se as permissões para transporte escolar e do serviço de táxi, cujas atividades já são regulamentadas por leis municipais específicas.

Parágrafo Único – A permissão para o transporte de escolares no Município, prevista em lei específica, não dá direito a utilização do veículo a ela vinculado em outro tipo de transporte coletivo de passageiros.

Art. 2º - A infração ao disposto no artigo 1º desta Lei implicará na imediata apreensão e remoção do veículo empregado no transporte ilegal para o local destinado ao recolhimento de veículo e a imposição de multa no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), sem prejuízo das penalidades previstas na Legislação Federal.

§1º - No caso de reincidência, a multa prevista neste artigo será aplicada em dobro.

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas - Praça Senador Temístocles , 756
CEP - 44380-000 - Cruz das Almas – Bahia – Brasil
(75) 3621-8400 / 8402



§2º - A multa pecuniária prevista nesta Lei terá seu valor reajustado, anualmente, pelo IPC-A. medido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, de modo automático, ou ainda, por outro índice legal que o Município vier a adotar.

§3º - A taxa a ser cobrada para remoção do veículo tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, abrangendo o reboque e o deslocamento do veículo removido.

§ 4º - As despesas com o veículo removido são decorrentes da diária pelo depósito do mesmo.

§ 5º - Os valores correspondentes às taxas e às despesas oriundas da remoção são:

I – taxa de remoção: R\$ 100,00 (cem reais);

II – diária pelo depósito do veículo: R\$ 40,00 (quarenta reais).

Art. 3º - A retirada do veículo pelo condutor ou proprietário, mencionada no artigo anterior, não será permitida se o veículo não atender às exigências previstas no CTB referente à regularidade da documentação, equipamentos obrigatórios e condições de tráfego, somente podendo ocorrer mediante o prévio pagamento das multas vencidas, taxas, despesas com o transbordo dos passageiros, remoção e estada.

§ 1º - O veículo removido permanecerá sob custódia e responsabilidade da SMTT, por um período de até 90 (noventa) dias, contado da efetivação da remoção.

§2º - Após o período citado no § 1º, a SMTT seguirá os trâmites do Código de Trânsito Brasileiro, possibilitando inclusive dispor do automóvel apreendido em leilão.

Art. 4º - Fica atribuída à Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte e à Polícia Militar a competência para fiscalizar e executar as medidas previstas nesta Lei, efetivando os procedimentos necessários ao seu exato cumprimento.

Parágrafo Único – Ocorrendo a infração definida nesta Lei, o agente da autoridade definida nesta Lei lavará auto de constatação, contendo todos os elementos indispensáveis à identificação do infrator e do veículo, indicado o dispositivo infringido.

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas - Praça Senador Temístocles , 756
CEP - 44380-000 - Cruz das Almas – Bahia – Brasil
(75) 3621-8400 / 8402



Art. 5º - O infrator ou o proprietário do veículo poderá apresentar recurso contra a penalidade prevista nesta Lei, o qual deverá ser registrado na sede da Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte, endereçado ao Superintendente Municipal de Trânsito e Transporte, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de recebimentos da notificação.

Parágrafo Único - O recurso previsto neste artigo não terá efeito suspensivo e será julgado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser regulamentada por decreto e revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruz das Almas- BA, em 29 de Novembro de 2013.

Raimundo Jean Cavalcante Silva

Prefeito Municipal

Projeto de Lei nº 11/2013, de autoria do EXECUTIVO MUNICIPAL.”

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas - Praça Senador Temístocles , 756
CEP - 44380-000 - Cruz das Almas – Bahia – Brasil
(75) 3621-8400 / 8402